

Notas da Prisão (II)

(Moabiter Notizen)

Erich Honecker

O ano de 1989

No início de 1989 praticamente ninguém pensava nas surpresas que esse ano traria ao mundo, e que tragédias. Como todos os anos, os homens de Estado de todo o planeta trocaram mensagens, desejando paz e prosperidade aos povos. Milhões de pessoas trocaram votos de felicidade que uniam amistosamente remetentes e destinatários. Em Berlim, como se tinha tornado hábito nos últimos anos entre círculos de amigos, às dez da noite brindou-se ao Ano Novo soviético e à meia-noite ao Ano Novo alemão. Os votos mais sinceros atravessaram as fronteiras do Elba até ao Oceano Pacífico, desejando um futuro pacífico ao campo socialista, do qual se esperava que, apesar da *perestroika* e da *glasnost*, mantivesse uma forte influência sobre a evolução do mundo no sentido do socialismo e da paz.

Pouco antes do final do ano, o CC do PSUA reuniu-se e discutiu as questões que incidiam sobre o presente e futuro da RDA, num mundo que era ainda pacífico. Partíamos da necessidade de fazer uma análise exacta da sociedade para poder preparar as necessárias decisões respeitantes à estrutura social. O XII Congresso do PSUA foi convocado para 1990. Questões internas e externas tornavam-no necessário.

Tudo parecia estar em ordem.

O ano de 1989 podia começar.

Com a convocação do XII Congresso do PSUA para a Primavera de 1990 deviam abrir-se as portas para uma ampla discussão com expressão popular sobre a continuação da construção da sociedade socialista na RDA.

Duas questões foram especialmente sublinhadas por mim no relatório do *Politburo* ao VII Plenário do CC. Primeiro, a continuação do reforço da amizade e da cooperação entre a RDA e a URSS, através do aprofundamento das relações já de si inigualáveis na sua intensidade e diversidade. Em segundo lugar, a nossa contribuição para a solução do problema central da nossa época – assegurar a paz mundial.

O meu discurso perante o plenário tinha sido preparado colectivamente, discutido e aprovado no *Politburo*. Respondia àqueles que alimentavam a ilusão de poder semear a discórdia entre o PSUA e o PCUS. No interesse do reforço das nossas próprias fileiras evoquei o apoio mútuo na implementação das deliberações do XXVII Congresso do PCUS e do XI Congresso do PSUA, acordado num encontro realizado umas semanas antes entre mim e Gorbatchov. Referi que não nos devíamos deixar desviar do objectivo de reforçar as nossas relações, pelos que queriam reescrever a história do PCUS e da URSS, ao sabor das conveniências da burguesia. Gorbatchov, acrescentei, no seu discurso do 70.º aniversário da Revolução de Outubro, tinha caracterizado a industrialização socialista, a colectivização da agricultura e a revolução cultural como acontecimentos de dimensão histórica para o reforço da potência soviética. Não era possível que tudo isso de repente deixasse de ser correcto.

No início de Janeiro de 1989, o *Politburo* tinha adoptado importantes resoluções a serem apresentadas ao VII Plenário do CC do PSUA. Constituíram-se comissões, incluindo cientistas e técnicos, que receberam como missão elaborar propostas para melhorar o trabalho do partido e do Estado nas diferentes áreas sociais. Tudo o que nos impedia de avançar na construção do socialismo na RDA devia ser mandado borda fora, para que o partido cumprisse a sua missão de «*partido inovador*», que sempre fora a sua razão de ser. Este trabalho estava plenamente em marcha. Ao cabo de um trimestre já havia boas análises e propostas.

Conjuntamente com os outros partidos, o PSUA lançou as actividades de preparação das eleições autárquicas de 6 de Maio. Preparou-se um projecto de apelo da «Frente Nacional da Alemanha Democrática». Num encontro com o presidente da Frente Nacional¹ pusemo-nos de acordo sobre o papel e o significado das eleições de 1989 e do 40.º Aniversário da existência da RDA. Estas eleições deviam realizar-se sob o signo do amplo desenvolvimento da democracia socialista. As pessoas deviam participar nas decisões sobre o futuro. A comparação com a democracia burguesa também devia ser abertamente discutida a partir dos exemplos da RDA e da RFA. *Na RDA não há desemprego em massa, mas sim pleno emprego, não há sopa dos pobres, mas sim comida para todos, não há falta de vagas na formação de profissional ou na educação, mas sim acesso para todos* – escrevia-se no apelo eleitoral.

As circunscrições eleitorais foram reduzidas para proporcionar um fórum de discussão mais amplo durante os debates eleitorais e na apresentação de candidatos. Cada candidato que fosse proposto devia não só ser conhecido, mas também gozar da confiança dos eleitores na sua área de residência ou na sua empresa. Devia alcançar-se um nível de reflexão e participação necessário à solução de muitos problemas locais. Por exemplo, melhorias urgentes no comércio, nos serviços de reparações ou na gestão da habitação, quer das novas

¹ O Conselho Nacional era o órgão principal da Frente Nacional, dirigido pelo Presidente e um Secretário-Geral. O Conselho Nacional tinha a sua sede na Otto-Grotewohl-Strasse 49 (hoje Wilhelmstrasse) em Berlim. Os presidentes do Conselho Nacional foram Erich Correns (1950-1981) e Lothar Kolditz (1981-1990).

construções quer da renovação do parque habitacional existente, ou seja, problemas ligados à resolução da questão habitacional enquanto questão social. Os eleitores tinham de decidir sobre a composição de 7800 conselhos locais de representantes, assim como sobre a eleição de mais de 203 mil deputados. De acordo com a lei eleitoral, os candidatos a apresentar deviam exceder em um terço os lugares a eleger.

Muitos problemas importantes foram apresentados nos comícios eleitorais e outras reuniões. O número crescente de pedidos de saída legal da RDA, os desequilíbrios no desenvolvimento económico, os problemas na indústria de produtos de consumo, a escassez de materiais e matérias-primas, a incapacidade da indústria ligeira de dar resposta às necessidades, os problemas de abastecimento de bens de consumo, a política de preços, questões sobre a qualidade dos produtos, tudo isto foi objecto de debates. Globalmente existia uma atmosfera aberta.

Quem apresenta as coisas de outro modo, não diz a verdade. A participação eleitoral foi elevada, apesar de, ao contrário de anos anteriores, não ter havido acções de combate ao abstencionismo por parte dos comités eleitorais.

As eleições não foram organizadas nem pelo governo, nem pelos partidos, mas sim, de acordo com a Lei Eleitoral, pela Comissão Central Eleitoral, onde estavam representadas todas as camadas da população. Em nenhum momento o CC do PSUA ou as direcções dos outros partidos se imiscuíram no processo eleitoral. As eleições foram conduzidas pelas comissões distritais e municipais em conformidade com as directivas da Comissão Eleitoral Central, cujo carácter detalhado ia ao ponto de regulamentar a composição e as condições de funcionamento das mesas de voto. As eleições decorreram sem incidentes. Depois do fecho das secções de voto, a contagem dos sufrágios e a proclamação dos resultados efectuaram-se publicamente.

Porém, depois da publicação dos resultados eleitorais pela Comissão Eleitoral da República, surgiram rumores e insinuações, em parte dissimulados, em parte abertamente, de que teria havido manipulação dos resultados eleitorais. Autodenominadas iniciativas de cidadãos e representantes da Igreja iniciaram uma campanha alegando fraude eleitoral. Isto já tinha outro alcance. Acusavam-se representantes da sociedade e da autoridade do Estado de fraude eleitoral. Não era possível apresentar prova em contrário, porque a Lei Eleitoral estipulava a destruição dos boletins de voto depois de um determinado prazo. Contudo, depois da revelação de certas ocorrências, especialmente em Berlim e em Dresden, colocam-se-me hoje, a este propósito, uma série de questões políticas muito sérias.

Em primeiro lugar, que expressão teria no resultado final caso a participação eleitoral tivesse sido inferior em dois, três ou mesmo dez por cento? Cabe perguntar que manipulação foi esta e a quem aproveitou? O que se pretende dissimular com essa conversa da «*obediência antecipada*»? Querirão esconder que entregaram munições políticas aos inimigos do socialismo na RDA? Estas questões têm de ser hoje colocadas, sobretudo depois das diversas afirmações do

senhor Schabowski.² Não sei em nome de quem agiram os manipuladores, em meu nome não foi de forma nenhuma.

Ninguém pode transformar num convite à falsificação de eleições a exigência, legítima e comum a todas as forças políticas, de obter o melhor resultado eleitoral possível. Nem sequer estes netos do Barão de Münchhausen³ poderão sustentar tal mentira a longo prazo.

Naturalmente que, apesar de toda a agitação mediática, a realidade dos factos era bem conhecido quer em Bona quer nos círculos da justiça da RFA. No entanto, os fins (caluniar a RDA e apresentá-la como o contrário de um Estado de direito) justificam, pelos vistos, todos os meios.

Regressemos ao ano decisivo de 1989. Entretanto chegara Junho. O CC reuniu-se. O relatório do *Politburo* ao CC foi o tema principal. A avaliação do trabalho de massas durante as eleições autárquicas e os problemas surgidos, assim como o ponto da situação sobre a implementação do plano económico para 1989, foram os aspectos centrais.

Não participei na preparação deste relatório, que foi apresentado por outro membro do *Politburo*. Nesse período ocupei-me com a preparação da minha viagem à URSS, a Moscovo e a Magnitogorsk. Recordo este aspecto porque certos antigos colegas, nas suas declarações, dão a entender que tudo girava à minha volta e que eles não tinham nenhuma influência na elaboração colectiva da nossa política.

Quando regressei da União Soviética, ouvi dizer que o plenário tinha tido pouco eco, que no partido e na opinião pública se esperava mais. Aparentemente o CC teria dado respostas insuficientes às questões que, depois das eleições autárquicas, estavam cada vez mais em primeiro plano. Tratava-se dos problemas que já tínhamos tratado no VII Plenário, por exemplo, os requerimentos de autorização de viagem, a necessidade de assegurar a produção e as rupturas regulares no abastecimento. A este propósito, os controlos efectuados no comércio grossista confirmaram que havia stocks suficientes, designadamente de carne, e que não havia razões para que as lojas não fossem abastecidas. Existia, claramente, sabotagem no comércio grossista.

Todos estes problemas eram conhecidos, mas não conseguimos resolvê-los tão rapidamente quanto teria sido necessário. Hoje já não é possível distinguir o que era intencional do que era incapacidade. Também já não faz sentido filosofar

² Günther Schabowski, funcionário do PSUA e membro do *Politburo* de 1981 a 1989, deputado da Volkskammer de 1981 a 1990. Desconhecem-se, até ao Outono de 1989, posições de Schabowski criticando qualquer deliberação do PSUA. Numa conferência de imprensa realizada a 9 de Novembro de 1989, com o objectivo de anunciar novas regras de circulação de pessoas para o estrangeiro, quando um jornalista lhe perguntou: «*Quando entram em vigor as novas regras?*», Schabowski respondeu: «*Pelo que é do meu conhecimento... de imediato, sem demora.*» Esta informação não correspondia ao que tinha sido decidido na reunião do CC do PSUA: a abertura da fronteira estava prevista para a manhã do dia 10 de Novembro. (NT)

³ Barão de Münchhausen (1720-1797), oficial alemão, protagonista de aventuras fantásticas durante as suas viagens e campanhas militares na Rússia, que foram passadas para a literatura pelo escritor Rudolf Erich Raspe. (N. Ed.)

sobre isso. O capitalismo trouxe agora preocupações completamente diferentes, inquietações sobre o futuro e sobre as condições da própria existência.

Visitei portanto a URSS em meados de Junho de 1989. No dia seguinte à minha chegada ao Krémelin encontrei-me primeiro com Gorbatchov, mais tarde chegou Chevardnádze. Gorbatchov sublinhou de novo a importância da aliança estratégica entre a União Soviética e a RDA. Partilhei plenamente este ponto de vista.

Também desta vez [Gorbatchov] não viu nenhuma razão para falar sobre os problemas que eram objecto de negociação em Bona e no decurso da qual, como é agora noticiado, se tinha chegado a acordo sobre a evolução ulterior das coisas. Talvez Gorbatchov nessa altura já se tivesse transformado em social-democrata, como veio a assumir mais tarde publicamente.

O resto da minha viagem foi consagrado à visita ao combinado siderúrgico de Magnitorgorsk, à recepção fraternal que me fez o pessoal e a encontros com a juventude e com veteranos, alguns dos quais tinham trabalhado comigo em 1930/31. Fui acompanhado por Vorotnikov, Presidente do Soviete Supremo da República Socialista Federativa Soviética da Rússia.

Durante a minha estadia notei que ninguém falava sobre Gorbatchov, sobre a *perestroika* e a *glasnost*, mas falava-se muito sobre as falhas no abastecimento.

Depois do meu regresso da União Soviética permaneci pouco tempo em Berlim. Tomei de novo o avião acompanhado de uma delegação para participar na reunião da Comissão de Concertação Política em Bucareste.⁴

De acordo com a ordem de trabalhos, tomei a palavra no primeiro dia sobre questões internacionais. Já não pude participar nos trabalhos no segundo dia. Uma cólica biliar gorou-me os planos. Levaram-me de volta de avião para ser hospitalizado em Berlim.

Eis a razão porque deixei de participar no trabalho do *Politburo*, desde o início de Julho até 1 de Outubro de 1989.

Este período correspondeu a uma grande mudança do clima político na RDA, desfavorável ao partido e ao governo. O «piquenique europeu»,⁵ organizado por Otto von Habsburg, foi um sinal visível disso. Durante a sua realização foi dada aos participantes a oportunidade de alcançar a RFA através da fronteira austro-húngara. Muitos utilizaram esta oportunidade. Isto foi naturalmente favorecido

⁴ 7/8 de Julho de 1989. [Trata-se da reunião da Comissão de Concertação Política do Tratado de Varsóvia (N. Ed.)]

⁵ Em 19 de Agosto de 1989, opositoristas húngaros organizaram, na fronteira austro-húngara, perto de Sopron, o «Piquenique Pan-Europeu». Realizou-se sob o patrocínio do presidente da União Pan-europeia, Otto von Habsburg, e foi preparado durante meses. Realizou-se numa pequena aldeia situada junto a um posto fronteiriço com a Áustria. Abriu-se a fronteira para esta realização, com participantes de toda a Europa, para simbolizar a passagem livre das fronteiras para todos os europeus. Cerca de 500 cidadãos da RDA misturaram-se na confusão do festival no lado húngaro e cerca de 200, por volta das três da tarde, investiram contra a porta simbólica e correram para a Áustria. Até às 18 horas, mais 300 alemães da RDA seguiram o exemplo. Muitos declararam ter tido conhecimento do «piquenique europeu» através de um panfleto distribuído pela embaixada da RFA em Budapeste.

pelo governo Federal e por diferentes postos fronteiriços húngaros, austríacos e alemães ocidentais. Organizaram-se concentrações de cidadãos da RDA nas embaixadas da RFA em Budapeste, Praga e Varsóvia. Finalmente, e contrariando todas as disposições em vigor no Pacto de Varsóvia, foi aberta a fronteira húngara com o objectivo de causar dano à RDA. Nessa altura havia cerca de três milhões de cidadãos da RDA a passar férias na Checoslováquia, Hungria e Bulgária.

Mais tarde soube-se que a Hungria tinha recebido um cheque de Bona no montante superior a 500 milhões de marcos.

A evacuação da embaixada da RFA em Praga, exigida pela RDA, foi usada por Genscher⁶ para promover um comício nacionalista.⁷

No mesmo período apareceram centros no país que defendiam uma «*mudança*» na RDA a favor da política de Gorbatchov.

Um desses centros foi o *Deutsche Theater*, que recebeu apoio da direcção do Ministério da Cultura, cujos representantes também tomaram posição contra o governo da RDA em Potsdam.

A mudança do clima na RDA foi amplamente provocada por representantes da Igreja evangélica. O seu principal responsável, o bispo monsenhor Leich, fez declarações públicas na RDA de apoio à *perestroika* e à *glasnost*. Como não foi tomada nenhuma posição clara da nossa parte, nem adoptada nenhuma medida pelo partido e o governo contra esta agitação, a opinião pública caracterizou este período como um «*tempo de mutismo*».

Em Setembro, a discussão no *Politburo* sobre a situação na RDA foi interrompida até que eu regressasse às minhas funções. Isso só deveria ter lugar em 10 de Outubro, após o 40.º aniversário da RDA.

No final de Setembro, início de Outubro, retomei o meu trabalho no *Politburo*. O meu discurso para as comemorações foi discutido e aprovado no *Politburo*. Foram feitas propostas para o seu aperfeiçoamento, que foram aceites, mas ninguém propôs mudanças radicais no seu conteúdo.

Depois de a direcção da FDJ ter transformado o desfile com archotes de comemoração do 40.º aniversário numa «*super-festa Gorbi, Gorbi*», tiveram

⁶ Hans-Dietrich Genscher (1927), político alemão federal, membro do FDP (liberal), foi ministro do Interior de 1969 a 1974 com Willy Brandt e ministro dos Negócios Estrangeiros e vice-chanceler quase ininterruptamente de 1974 a 1992, com Helmut Schmidt e Helmut Kohl. (NT)

⁷ A embaixada da RFA foi ocupada por cerca de 120 cidadãos da RDA em meados de Agosto de 1989. Queriam pressionar para obterem autorização de sua saída para Ocidente. Diariamente foram chegando mais, estimulados pelas reportagens da TV nos *media* da RFA. No final de Setembro encontravam-se aí cerca de quatro mil pessoas. Depois de negociações, a RDA declarou-se pronta a retirar a nacionalidade a estas pessoas, mas a sua saída devia, porém, realizar-se através do território da RDA. O ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Genscher, declarou a 30 de Setembro de 1989, às 18.58 horas, da varanda da Embaixada: «*Caros Compatriotas, viemos ter convosco para vos informar de que a vossa saída para a RFA se tornou hoje possível.*» A 4 de Outubro encontravam-se lá mais cerca de cinco mil cidadãos da RDA. Também eles viajaram para a RFA através de Dresden, onde por isso, na véspera do aniversário da República, aconteceram graves tumultos junto à estação de Neustädter.

lugar, durante a recepção oficial no Palácio da República, tumultos e confrontos com indivíduos que procuravam ultrapassar os postos de segurança e perturbar o evento.

Como declararam mais tarde, queriam saudar o actual cidadão honorário de Berlim, Gorbatchov. Em Setembro, eu tinha proposto, em vão, às autoridades competentes a criação de um perímetro de segurança em redor do edifício para proteger os chefes de Estado convidados da RDA.

Nesta situação, a 10 e 11 de Outubro, realizou-se então a reunião prevista do *Politburo*. Na tarde de dia 9 encontrei-me com Egon Krenz.⁸ Este tirou da sua pasta uma proposta de resolução do *Politburo* sobre a situação actual, que pretendia apresentar na reunião do dia seguinte.

Ao mesmo tempo, entregou-me um documento da direcção da FDJ e do Instituto de Investigação sobre Assuntos da Juventude, cujo ponto nuclear era a exigência de substituir os responsáveis mais antigos, desde a administração central até à local, por quadros da FDJ, no interesse da «*renovação da RDA*».

Chamei a atenção de Egon Krenz para a conveniência de só apresentar a sua proposta de resolução sobre a situação actual depois de realizada a discussão no *Politburo*, a fim de se poder ter em conta todos os pontos de vista que os camaradas expusessem na reunião. Além disso, considerava errada a proposta de «*mudança*» no partido e no Estado que me entregara. Tratava-se já, em substância, de exigências políticas que atingiam o aparelho do Estado socialista. Mas, manifestamente, a declaração já era um produto de um certo círculo de camaradas no *Politburo*, em concertação com certas pessoas em Moscovo.

No dia seguinte realizou-se uma discussão geral. A situação foi considerada muito séria e julgou-se necessário redigir uma declaração para que o partido e a população soubessem que a tarefa decisiva consistia em defender o poder dos operários e camponeses. Este foi o ponto de vista que defendi.

Declarei o meu desacordo com a proposta de «*mudança*» apresentada, já que ela só podia conduzir a uma crispação no partido e das massas populares.

O *Politburo* estava certamente inclinado a aceitar algumas alterações à redacção, mas não deu nenhuma importância às minhas considerações sobre as consequências nocivas da introdução desta «*política de mudança*».

⁸ Egon Krenz (1937), primeiro secretário da FDJ (1974-1983), deputado da *Volkskammer* (1971-1990), membro do CC do PSUA (1973-1989). Nomeado em 1984 representante do Presidente do Conselho de Estado, tornou-se no número dois na hierarquia da RDA, a seguir a Erich Honecker. Depois da demissão de Honecker, imposta na reunião do *Politburo* de 18 de Outubro de 1989, tornou-se secretário-geral do PSUA, função que desempenhou até 6 de Dezembro de 1989. Em 1990 foi expulso do PSUA, que entretanto tinha adoptado o nome de PSUA-PDS. Em Janeiro de 1993, o Ministério Público de Berlim acusou-o de «*homicídio não premeditado e de ser co-responsável pelo regime fronteiriço da RDA*». Em 1997 foi condenado a seis anos e meio de cadeia, tendo ficado detido de imediato na sala do tribunal. Libertado passadas três semanas, foi de novo preso em 13 de Janeiro de 2001, após o Tribunal Constitucional ter recusado o seu recurso. Foi libertado em Dezembro de 2003, depois de cumprir quase quatro anos de prisão efectiva nas prisões berlinenses de Moabit, Hakenfeld e Plötzensee. A pena restante foi suspensa. Egon Krenz caracterizou a sentença de que foi vítima como uma manifestação da «*guerra-fria na sala do tribunal*», e publicou, no final de 2009, as suas *Notas da Prisão*, também nas Edition Ost. (NT)

Manifestamente, a decisão de apresentar na reunião seguinte uma proposta para me exonerar de todas as minhas funções já estava amadurecida. Foi o que aliás aconteceu. Coube a Willi Stoph⁹ apresentar a proposta da minha exoneração. No decorrer da discussão declarei-me disposto a demitir-me.

Tudo isto decorreu com enorme precisão, porque, como mais tarde se verificou, todos os passos nesta direcção tinham sido combinados com Gorbatchov.

A minha doença no início de Julho já tinha dado ocasião à imprensa ocidental para apresentar a RDA como uma país sem direcção política.

A proposta de operar uma «*mudança*» a favor da política gorbatchoviana coincidiu com uma situação em que, através da agitação das massas populares e da indecisão da direcção da RDA, surgiram por fim as condições que levaram à completa renúncia à RDA.

A concepção da *mudança* tinha sido discutida por Gorbatchov com Krenz, Modrow,¹⁰ Tisch¹¹ e Markus Wolf.¹² Era uma concepção tão errada como a

⁹ O primeiro-ministro Willi Stoph (1914-1999) exigiu a demissão de Honecker, no início da reunião do *Politburo* de 18 de Outubro, com as seguintes palavras: «*Erich, não dá mais. Tens de ir embora.*» Em 1970 também pertenceu às forças que accionaram a queda de Walter Ulbricht, dirigindo uma carta a Bréjnev. Quando ele próprio procurou asilo na União Soviética, na Primavera de 1990, a direcção do PCUS não respondeu ao seu pedido.

¹⁰ Hans Modrow (1928), dirigente do PSUA, membro do CC (1967-1989), foi primeiro-ministro da RDA de 13 de Novembro de 1989 a 12 de Abril de 1990. Modrow era considerado no PSUA um reformador do sistema socialista, com relativa simpatia por Gorbatchov e pela *perestroika* e a *glasnost* na União Soviética. Numa visita a Moscovo, a 30 de Janeiro de 1990, Gorbatchov informou-o de que não questionaria a «*unificação dos alemães*». Em Fevereiro de 1990 tornou-se presidente honorário do PSUA-PDS e foi deputado ao *Bundestag* de 1990 a 1994. De 1999 a 2004 foi deputado ao Parlamento Europeu. Desde 2007 é presidente do Conselho dos Anciãos do Die Linke, partido sucessor do PDS. (NT)

¹¹ Harry Tisch (1927-1995), membro do CC do PSUA (1963-1989) e do *Politburo* (1975-1989) e presidente do FDGB (Federação dos Sindicatos Livres Alemães). Foi julgado por abuso de confiança e condenado a 18 meses de cadeia em 1991. Durante anos financiara férias de luxo, entre outros, a Günter Mittag, membro do *Politburo*, e à sua família à custa da FDGB. Com Günter Schabovski, foi dos poucos altos funcionários do PSUA que posteriormente criticou publicamente a RDA. Numa entrevista em 1993 ao *Berliner Zeitung* afirmou: «*Pregávamos água e bebíamos vinho. Hoje lamento muito tudo isso.*» (NT)

¹² Markus Wolf (1923-2006) dirigiu durante 34 anos os serviços secretos do Ministério da Segurança do Estado (MfS). Em Novembro de 1986 saiu do serviço do MfS. Tornou-se escritor e o seu primeiro livro foi *A Troika*. Discursou na manifestação de 4 de Novembro de 1989 na Alexander Platz. Em 1990, antes da unificação alemã, fugiu para Moscovo, através da Áustria, porque tinha conhecimento de que podia ser preso na Alemanha unificada. Depois da tentativa de golpe em Agosto para substituir Gorbatchov, Wolf fugiu para a Áustria. Em 1991 pediu asilo político às autoridades do país e recusou uma proposta da CIA para se instalar nos EUA. Mais tarde entregou-se às autoridades alemãs na fronteira austro-alemã. Em 1993 o Tribunal de Düsseldorf condenou-o por traição à pátria e corrupção a seis anos de prisão. O Tribunal Constitucional anulou a sentença sobre a traição à pátria, considerando que a espionagem ao serviço do Estado soberano da RDA se tinha realizado de acordo com a lei. Em 1996 requereu um visto para os EUA para estar presente no lançamento das suas memórias pela editora Random House e para visitar o seu irmão que não via desde os anos 30. O visto foi-lhe recusado com o argumento de ter um passado de terrorista. Markus Wolf nunca foi autorizado a entrar nos EUA. Em 1997 foi condenado a dois anos de pena suspensa por

perestroika e a *glasnost*. A «renovação» da RDA desembocou rapidamente na sua anexação¹³ pela RFA capitalista.

Enquanto Hans Modrow, que se perspectivava como futuro primeiro-ministro da RDA, correspondendo às recomendações de Gorbatchov, pensava numa RDA melhor. O próprio Gorbatchov declarava publicamente que a unidade da Alemanha era assunto próprio dos alemães.

A divulgação da declaração sobre a «mudança» foi na prática o tiro de partida para o que se seguiu: o abandono do papel de vanguarda do partido, a demissão do *Politburo* e do *CC*, a demissão colectiva do governo da RDA, a directiva decretando a substituição de todos os secretários de distrito e de conselho do partido, a dissolução dos órgãos dos Estado, a dissolução dos grupos de combate da classe operária e muito mais.

A nova direcção do PSUA-PDS¹⁴ embarcou numa desmesurada campanha de calúnias contra as principais personalidades dirigentes, incluindo o Presidente do Conselho de Estado. Os *mass media*, dirigidos por Schabovski,¹⁵ antigo membro do *Politburo*, difundiram difamações numa escala nunca vista. Tudo isto culminou, no dia 4 de Novembro, num comício organizado na Alexander Platz por um grupo de pessoas da cultura, apoiado pela direcção da organização do partido de Berlim. Neste comício discursou, entre outros, Markus Wolf, durante largos anos adjunto do ministro da Segurança do Estado, que declarou ante o auditório que se podia prender sem medo a velha guarda, o que veio a acontecer quando Modrow e Krenz deram essa ordem ao Ministério Público. Sobre isto não há dúvidas: as primeiras prisões e com elas a criminalização de funcionários do PSUA coincidem com o período em que Modrow e Krenz estavam em funções, independentemente do que hoje se pensar deles.

As coisas agravaram-se de tal forma que, no final de Janeiro de 1990, fui preso provisoriamente na clínica *Charité*, depois de uma difícil operação a um tumor nos rins. Apesar dos ataques furiosos do Ministério Público, o Tribunal de Berlim recusou confirmar a ordem de prisão.

Quando hoje se analisa todo este processo e se tem em conta tudo o que posteriormente veio a público, torna-se claro que a decapitação da direcção do PSUA e da RDA só foi possível através da longa actividade conspirativa de

sequestro, coacção e lesão corporal em quatro casos. Morreu em Berlim em 9 de Novembro de 2006. (NT)

¹³ A utilização da palavra alemã «*anschluss*» (anexação) evoca o «*anschluss*» da Áustria por Hitler em 1938. (NT)

¹⁴ O Congresso Extraordinário do PSUA realizou-se em 8 e 9 de Dezembro de 1989. Para presidente do partido foi eleito o advogado berlinense Gregor Gysi. O Congresso alterou o nome para PSUA-PDS (Partido Socialista Unificado da Alemanha - Partido do Socialismo Democrático). Numa reunião da sua direcção, em 5 de Fevereiro de 1990, foi decidido retirar também as iniciais PSUA e a partir daí o partido passou a chamar-se apenas PDS.

¹⁵ Günther Schabovski, membro do *Politburo* desde 1984 e também primeiro secretário da Direcção do Distrito de Berlim do PSUA (desde 1985), demitiu-se do *Politburo* em 3 de Dezembro de 1989. Foi expulso do PSUA-PDS em 21 de Janeiro de 1990.

membros isolados do *Politburo* e de colaboradores do aparelho do CC, assim como de dirigentes do Ministério para a Segurança do Estado (*MfS*). A pressão de Moscovo, na altura da «*mudança*», foi determinante para a capitulação do *Politburo*. Refira-se que Hermann Axen, Heinz Kessler, Willi Stoph, Günter Kleiber e Erich Mielke se mantiveram firmes durante os interrogatórios no Ministério Público. Demonstrou-se que a fidelidade inabalável dos membros do PSUA e do Estado da RDA para com a União Soviética foi usada para provocar a capitulação. Com Hans Modrow, primeiro-ministro, e Gregor Gysi, presidente do PDS, instalou-se um grupo dirigente que começou a agir muito antes da «*mudança*». Nesta «*mudança*» Gysi e Markus Wolf assumiram um papel dirigente.

Na véspera do X Plenário do CC ficou claro para mim que as exigências de Moscovo implicavam a descredibilização da política seguida até aí e, em simultâneo, a difamação dos dirigentes do PSUA que assumiam no *Politburo* posições discordantes das de Moscovo. Os visados eram os camaradas Hermann Axen, Heinz Kessler e Günter Kleiber.

O papel de Werner Krolikovski¹⁶ é interessante neste contexto. De acordo com as suas próprias declarações, só conhecidas em 1991, trabalhou mais de uma década para o *KGB*, e enviava regularmente relatórios para Moscovo. No seu livro também se pode ler que os processos judiciais contra camaradas dirigentes foram abertos por iniciativa de Krenz e Gysi, com o apoio de Markus Wolf.

Na preparação do Congresso Extraordinário do PSUA-PDS, no início de Dezembro de 1989, Markus Wolf, membro da Comissão Preparatória, teve um papel determinante. No Congresso não foi dada a palavra aos até aí membros do *Politburo* e do CC do PSUA.

Ficou demonstrado que a demissão do *Politburo* tinha sido um erro. A RDA ficou sem direcção, a criação do PDS deu origem a um partido que nem dirigia, nem orientava.

Retrospectivamente quero dizer que, por causa da pressão de Gorbachov, os membros do *Politburo* não viram outra saída senão aprovar as «*mudanças*», desconhecendo que seriam obrigados a demitir-se e alguns deles seriam presos em condições complicadas. Esta foi a experiência mais dolorosa destes camaradas.

E quando posteriormente o PDS, na sua proposta de resolução do Congresso, introduziu o parágrafo «*Sobre os crimes do PSUA*», isso foi o prenúncio da prisão de membros do *Politburo*, de secretários de distrito e de conselho do partido e de funcionários do aparelho do Estado.

A criminalização vinda das próprias fileiras conduziu a uma ampla dessolidarização, o que facilitou às forças reaccionárias da RFA a condução da sua ampla campanha de vingança contra os comunistas e outros elementos de esquerda.

¹⁶ Werner Krolikovski (1928), membro do CC desde 1963 e do *Politburo* desde 1971. Foi expulso do PUSA a 3 de Dezembro de 1989. (NT)